

## RELATÓRIO SÍNTESE DO IV SIMPÓSIO NACIONAL DO CEBES

O IV Simpósio Nacional do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), realizado no dia 31 de outubro de 2015, no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), no Rio de Janeiro, teve como objetivo discutir temas relevantes da atualidade brasileira, visando fornecer subsídios para a construção de uma agenda política da entidade para a gestão 2016–2017. Este Simpósio também se caracterizou como Conferência Livre para a 15ª Conferência Nacional de Saúde.

O Cebes é uma entidade que produz e divulga informações, conhecimentos e análises críticas sobre a política de saúde e sobre a organização e gestão do sistema de saúde no Brasil, tendo por princípio a atuação suprapartidária, junto aos movimentos sociais, frentes progressistas e grupos organizados, na defesa do direito à saúde, do Sistema Único de Saúde (SUS) e de uma nação justa e democrática para todos.

Destacou-se no Simpósio o marco civilizatório que foi e é a Constituição Federal de 1988 (CF/88), resultado de um “contrato social” realizado no processo de redemocratização do país, que teve como base um projeto nacional mais inclusivo e democrático. Pode-se dizer que a CF/88 foi construída na contramão do que já se observava em nível internacional, ou seja, a crise e retração do *Welfare State*, o fracasso do “socialismo real” que culminou com a queda do muro de Berlim no contexto geral de ascensão do neoliberalismo e implantação de políticas de ajuste estrutural que contemplam redução do gasto público, inclusive na área de saúde.

Ressaltou-se, porém, que as elites brasileiras nunca aceitaram as conquistas da CF/88 e, neste momento mais do que nunca, querem rever o pacto, querem de volta o pouco de riqueza distribuída com base nos direitos conquistados na Constituição. Por isso, o tempo da conciliação parece ter acabado, a dinâmica do pacto social necessita de análise mais contemporânea aprofundada e debatida. A polarização e confusão na sociedade está evidente e o confronto atual é caracterizado por um reacionarismo não só no campo econômico, nas relações capital/trabalho, mas se expressa em todas as esferas da vida social, como por exemplo, na discussão sobre a maioria penal, porte de armas, estatuto da família, o direito das mulheres, etc.

Os debates destacaram a tendência neoliberal dos projetos governamentais nos últimos 25 anos, a grande ascensão social pela inclusão no padrão de consumo e a controversa relação renúncia fiscal mais repasse dos bancos públicos para atenuação da crise do capitalismo a partir de 2008, e apontaram a ausência de abertura de amplo debate com a sociedade sobre um projeto de nação desenvolvimentista e democratizante. Destacaram, ainda, as crises sociais, política e econômica.

A crise social provocada pelos cortes nas políticas sociais e no gasto social em todos os níveis de governo (União, Estados e Municípios) é a menos divulgada pela mídia, e expressa-se no endividamento crescente das famílias, na crise da moradia, dos transportes, da educação, da saúde e nos altos índices de violência social, que pode gerar manifestações e revoltas, constituindo-se como “parteira” da instabilidade política. O não entendimento das políticas sociais como direito permite, em momentos de crise, essas serem as primeiras atingidas com cortes ou redução de benefícios. Além disso, projetos político-partidários buscam, sistematicamente, desmontar a arquitetura dos direitos sociais. O Brasil atingiu um patamar civilizatório, expresso no avanço da expectativa de vida e em outros indicadores, que estão em risco de retroceder. É preciso denunciar esse crime que vai condenar à morte prematura milhões de brasileiros.

A crise política expressa a falência do sistema político brasileiro sob o aspecto da sua institucionalidade (relações entre os poderes executivo, legislativo e judiciário), bem como das relações entre governo, partidos políticos e movimentos sociais. Com relação ao sistema político partidário, por exemplo, evidencia-se que não temos 32 partidos, temos cerca de dez bancadas das quais as mais numerosas são a “bancada ruralista” que possui 17 senadores e 109 deputados, mas tem influência sobre mais de 300 dos 513 deputados eleitos em 2014, seguida pela “bancada da bíblia” com 75 deputados e 3 senadores e a “bancada da bala”. A existência de 32 partidos entretanto, tem tornado o governo refém de uma coalizão grande demais que dilui o programa de governo e facilita sua sujeição aos interesses conservadores. Acrescenta-se a este quadro o fato de que partidos de centro e de esquerda estão tendencialmente direcionando-se para posições de direita e centro. Além disso, há uma criminalização dos partidos e dos movimentos sociais de esquerda, por meio de diversos mecanismos, dentre eles a propaganda anticomunista, que não tem nenhuma base social, mas que impregna o imaginário da população. A ofensiva aparente é contra o governo, mas o alvo na realidade são os setores progressistas, especialmente as esquerdas e os movimentos sociais.

A crise econômica que desde 2008 tem provocado um estancamento da inversão social na América Latina, decorre de uma série de fatores: 1) do esgotamento do frágil modelo de desenvolvimento com base na inclusão pelo consumo, que não alterou a estrutura da economia nacional, ou seja, modernizou o padrão de consumo sem modernizar a estrutura produtiva; 2) da aposta equivocada do governo em uma política fiscal de desoneração do setor produtivo acreditando que o setor privado, capitalizado, investiria na produção retomando o crescimento, o que não ocorreu; 3) de diagnósticos equivocados sobre como resolver a crise fiscal: o ajuste não leva ao crescimento, ao contrário, promove a desaceleração e leva à recessão, sendo preciso aumentar o crescimento para ajustar as contas públicas. Alguns estudos mostram ainda que o ajuste fiscal implementado pelo atual governo não era a única alternativa de enfrentamento da crise, uma vez que com impostos sobre grandes fortunas e altas rendas os déficits das contas públicas seriam sanados facilmente. Em 2014, o resultado primário do Brasil em porcentagem do PIB era de -0,6%, muito menor do que na nos EUA (-3,2%), Japão (-7,1%), Chile (-1,4%), Reino Unido (-3,8%), o que revela também que a crise foi, em grande medida, ideologicamente construída pela grande mídia e pelos setores conservadores. É preciso entender também que os governos nacionais estão capturados por representantes do capital financeiro. O Brasil, com os juros exorbitantes que pratica, se constitui em uma plataforma para o capital rentista nacional e para o capital financeiro internacional que entra e sai diariamente com o único objetivo de obter lucros sem qualquer risco de investimento. Como se observa a resposta à crise econômica tem sido em proveito do capital financeiro e dos especuladores em nome da governabilidade e da avaliação internacional e não da cidadania que elegeu o governo. Essas respostas, além de frágeis, têm altos custos para a sociedade e para o próprio governo que se tornou prisioneiro da especulação e da desmontagem das suas bases de apoio.

Esta conjuntura adversa para a esquerda brasileira, para o campo popular, representa grande risco de perda de direitos sociais conquistados, em particular o direito à saúde e exige a construção de uma frente democrática de centro-esquerda, comprometida com a resistência ao desmonte das políticas sociais e com a formulação de propostas alternativas as crises apontadas anteriormente.

Esta frente, não eleitoral e de longo prazo deve intervir na luta de classes a exemplo do que foi a frente suprapartidária do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB) nas décadas de 1970/1980, cuja principal vitória foi a inscrição da saúde como direito universal na Constituição de 1988 e a criação do SUS. Deve conduzir a construção de uma frente

democrática e popular ainda mais ampla, com apoio do centro, para que possa deter a direita e dirigir a saída da atual crise e, ainda, implementar um projeto de nação que seja aceito pela grande parte da sociedade.

A unidade de propósitos será construída na prática a partir de um consenso mínimo acerca da análise da situação atual, dos princípios e diretrizes programáticos e da ação política em articulação com outros grupos e movimentos que estão se posicionando criticamente e buscando saídas, a exemplo do conjunto de entidades e organizações envolvidas no projeto “por um Brasil Justo e democrático” ([www.forumbrasilmaisjusto.org.br](http://www.forumbrasilmaisjusto.org.br)). A frente assumirá a responsabilidade de construir um projeto de nação, um projeto para o país, com base em valores como solidariedade, justiça social e igualdade que deverão orientar as políticas de curto e médio prazo. A imagem objetivo de uma sociedade solidária, justa e igualitária é fundamental para nos contrapormos à investida neoconservadora, ao ceticismo, à dominação ideológica e política e à destruição de valores que a grande mídia conservadora promove cotidianamente.

Uma diretriz que possa orientar a ação é o enfrentamento das desigualdades persistentes, como a desigualdade de propriedade, de renda e de distribuição da riqueza produzida, que determinam desigualdades no acesso a bens e serviços sociais necessários para a melhoria da qualidade de vida de amplos segmentos da população brasileira. Para isso é fundamental defender o redirecionamento da política econômica, a reforma tributária, a reforma política, o aprofundamento dos direitos sociais e a democratização da mídia.

Considerando que os debates apontaram como uma questão central desta conjuntura o ataque à Constituição Federal e aos direitos sociais, torna-se central para o Cebes lutar contra o projeto neoconservador e defender o SUS CONSTITUCIONAL (universal, integral, igualitário, regionalizado, descentralizado e com controle social). Assim, o Cebes se posiciona fortemente por uma nova regulação dos planos e seguros privados de saúde quanto as obrigações, responsabilidades, transparência contábil e atuarial, sob controle não apenas da ANS mas também do SUS, informando quinzenalmente o estado de atendimento, a repressão à demanda e a contabilização da dívida com o SUS para as Secretarias de Saúde nas modalidades de alto custo e alta complexidade.

A defesa do SUS CONSTITUCIONAL implica em:

- 1) Intensificar nos núcleos do Cebes o debate político sobre a atual conjuntura e as perspectivas de enfrentamento da crise, ampliando este debate nos movimentos sociais e de base, e no âmbito dos usuários, trabalhadores e gestores militantes do SUS, junto aos

quais o Cebes vem atuando nos diversos estados e municípios, de modo a multiplicar os esforços empreendidos em 2015 na construção da 15ª Conferência Nacional de Saúde na implementação das propostas aprovadas;

- 2) Fortalecer a capacidade de ação do Cebes e de sua militância, construindo unidade por meio de uma frente de centro-esquerda, suprapartidária com base em valores de justiça social, igualdade e solidariedade em oposição ao individualismo (sistematicamente colocado como valor máximo para a sociedade) para barrar a ofensiva conservadora e reacionária, e formular e propor um novo projeto para o país. Esta frente deve dialogar com todo o campo de centro-esquerda para que o projeto possa vir a ser hegemônico na sociedade e de fato implementado;
- 3) Retomar os conceitos de nação e de projeto nacional, os quais fizeram parte do pacto de solidariedade que permitiu a CF/88 e a criação do SUS;
- 4) Defender a democracia como valor, empreendendo esforços para ampliar e intensificar a participação dos grupos historicamente excluídos dos processos de decisão no âmbito do sistema de saúde e na sociedade como um todo;
- 5) Divulgar os valores da reforma sanitária brasileira de forma clara e acessível para toda a população;
- 6) Construir uma nova narrativa hegemônica, a qual deve ser popularizada, simplificada em linguagem apropriada utilizando de mídias alternativas, verbalizando as demandas dos que não tem voz;
- 7) Ampliar o espaço público/estatal na saúde, e para isso se posicionar contra toda forma de privatização e de flexibilização das relações de trabalho no setor e a favor do aumento dos investimentos no SUS público;

- 8) Lutar para que o SUS seja assumido como o sistema de saúde da classe trabalhadora e de toda a sociedade brasileira, trazendo os trabalhadores para a defesa do SUS;
  
- 9) Incorporar e fortalecer na agenda de debate do Cebes temas relevantes na atualidade a exemplo da luta das mulheres contra as propostas conservadoras, a causa indígena, as discussões de identidade e gênero, a articulação do movimento negro na luta contra o preconceito racial e a problematização dos determinantes da violência em suas várias dimensões, sexualidade, etc.;
  
- 10) Envidar esforços no sentido de construir sujeitos políticos com capacidade de intervir na agenda política em todos os níveis de governo;
  
- 11) Apostar e atuar fortemente nas articulações políticas ao nível regional e local, tendo em vista ampliar as bases de sustentação do projeto da reforma Sanitária Brasileira.